

A coragem e a integridade da auto-subversão de Hirschman

Eduardo Strachman¹

O último livro de Hirschman (1996) lançado no Brasil, mais uma vez mostra a coragem deste autor para constantemente modificar suas próprias concepções teóricas, conforme novas evidências o exijam. Ou seja, como é próprio dos grandes cientistas nas várias áreas,² Hirschman não se prende dogmaticamente a idéia alguma – repito, a idéia alguma –, modificando suas concepções de mundo sempre que os fatos mostrem que tal ação se torna necessária.

Assim como vários escritos de Hirschman – dos quais citaremos aqui uma pequena parte –, este livro também merece ser lido pela perene preocupação democrática e desenvolvimentista deste autor, a qual transparece largamente em todas as suas obras, mas sem que ele se abstenha de criticar, quando necessário, dogmas da “esquerda”. Aliás, isto é uma constante neste livro: o horror à dogmatização de conceitos e teorias e ao constante mau uso que se pode fazer deles, amplamente facilitado, é claro, a partir do momento em que são simplesmente aceitos como verdades indiscutíveis, e não mais discutidos e pensados.

O primeiro capítulo, por exemplo, faz uma revisão dos conceitos de saída, voz e lealdade – os quais ele havia proposto, inicialmente, em 1970³ – à luz dos eventos que deram fim, em 1989, à República Democrática Alemã. Note-se como Hirschman vai refinando seus conceitos, abrindo exceções e novas possibilidades para estes, a partir do seu confronto com aqueles eventos, os quais são apresentados com bastantes detalhes. Isto, em si, já seria suficiente para recomendar o capítulo.

O segundo capítulo, igualmente de revisão, retorna aos conceitos de perversidade, futilidade e ameaça, apresentados inicialmente em *A retórica da intransigência* – título em português para *The rhetoric of reaction: perversity, futility, jeopardy* (1991). O autor analisa também algumas relações – nada óbvias, por sinal – entre desenvolvimento político, isto é, neste caso, democrático, e desenvolvimento econômico, às quais retorna em outros capítulos. Adicionalmente, aprecia algumas implicações e possibilidades para o desenvolvimento desequilibrado – que também é analisado em outros capítulos –, inclusive para o seu conceito, proposto em *La estrategia del desarrollo económico* (1961). Destaque-se, por fim, a comparação que faz entre as industrializações “incompletas” da América Latina,

1 Doutorando – UNICAMP. Instituto de Economia (IE)/Pesquisador – UNICAMP. IE. NEIT.

2 Ver, por exemplo, a evolução e freqüente reformulação de conceitos e concepções teóricas de Freud, em Strachey & Richards (1991) e em Gay (1989); para Darwin em Desmond & Moore (1995) e para Einstein, Pais (1995).

3 Cf. Hirschman (1970).

centradas, essencialmente, na produção de bens de consumo (ou no D II e D III, como preferem alguns, seguindo a terminologia marxista e kaleckiana), e a industrialização da ex-URSS, concentrada na fabricação de bens de capital (ou no D I).

O terceiro capítulo retoma as implicações do crescimento desequilibrado, mostrando como este se contrapõe, em grande parte, à necessidade do planejamento integrado. Uma passagem fascinante, acerca da má aplicação de conceitos, é lembrada no início do capítulo. O autor mostra como, por volta de 1968, após o golpe que derrubou o governo civil de Arturo Illia e colocou no poder o General Onganía, na Argentina, um defensor deste último procurou justificar a atuação do novo governo:

“[...] nosso governo simplesmente está pondo em prática as *suas* idéias sobre o crescimento desequilibrado. Na Argentina, não podemos atingir todos os nossos objetivos políticos, sociais e econômicos de uma vez; por isso, decidimos proceder em etapas, como em uma seqüência de crescimento desequilibrado. Primeiro precisamos corrigir nossos problemas econômicos, ou seja, restaurar a estabilidade econômica e estimular o crescimento; depois disso nos preocuparemos com maior igualdade social e, só então, o país estará pronto para a restauração das liberdades civis e outros avanços políticos” (p. 82).

Destaque-se a lógica antidemocrática que perpassa o discurso acima, o uso desconcertante que faz do conceito de crescimento desequilibrado, e a semelhança com a teoria do (agora democrata e progressista deputado federal Delfim Neto): “É preciso crescer o bolo para depois dividi-lo”.

No quarto capítulo, Hirschman trata da importância de ter opiniões para atingir a felicidade pessoal e, em nível coletivo, a democracia. Mas salienta que estas opiniões devem ser adquiridas legitimamente, e não como reflexos das opiniões de outros, ou seja, como “ideologia”, na sua pior acepção. Assim, no seu entender, as opiniões devem ser adquiridas e transformadas numa constante comparação entre idéias e fatos. Isto vai ser posto em prática no quinto capítulo, “Da auto-subversão”, que fecha a primeira parte. Neste, encontra-se, mais uma vez, o autor discordando, pelo menos parcialmente, de várias de suas idéias, expostas anteriormente.

Na segunda parte do livro, Hirschman relata várias experiências de cunho eminentemente pessoal, como o reencontro, nas décadas de 80 e 90, com pessoas com as quais não se encontrava desde antes da Segunda Guerra (cap. 6); a razão que concede, em retrospectiva, a seu pai, intelectualmente humilde e sem pretensão a ter respostas certas para tudo, em contraste com um filho jovem e muito presunçoso, como é próprio da juventude (cap. 7); sua saída para a França, quase adolescente, em 1933, logo após a ascensão do nazismo, também relatando porque virou economista e não cientista político (cap. 8); suas primeiras experiências na Itália (1936/38), na qual se iniciou na ação antifascista, com seu cunhado italiano (preso em 1938 e morto em 1944) e alguns amigos deste, aprendendo, mais uma vez, a duvidar de teorias que pretendem ter respostas para tudo (cap. 9); suas atividades em Marselha, auxiliando Varian Fry e seu “Comitê”, em 1940, a retirar clandestinamente de 200 a 300 pessoas

da França ocupada; e a fuga do autor pelos Pirineus – ressalte-se que Hirschman tem a coragem de mostrar que na época zombava, juntamente com alguns colegas europeus, da atitude de Fry, como sendo a de um americano (um estrangeiro, portanto), ingênuo (caps. 10 e 11).⁴

A seguir faz uma análise retrospectiva de seu manual nada ortodoxo de análise de projetos, que leva em conta, por exemplo, impactos de projetos de irrigação sobre objetivos de reforma agrária, ou repercussões, em países com disputas étnicas, da escolha entre preferências por materializar projetos de ferrovias versus de rodovias (cap. 12); passando a um relato de sua convergência intelectual com Michel Crozier, com quem compartilha a idéia de que as mudanças (em um país, setor, organização, etc.) têm múltiplas causas possíveis – e não apenas uma, os “pré-requisitos essenciais”, tão comuns nas propostas de políticas de desenvolvimento. Assim, às vezes o importante é dar início a uma (ou algumas) mudança(s) em alguns pontos de uma cadeia causal, muitas vezes com pontos que se inter-relacionam, pois há uma possibilidade que estas, como consequência, iniciem um processo de transformações em muitos outros elos desta cadeia. Como corolário, encerra o capítulo e a segunda parte reafirmando a necessidade de humildade, quando da formulação de propostas de políticas econômicas e de desenvolvimento, não devendo-se confiar demais nem em “leis férreas”, nem em simples modelos e teorias com equações bem-comportadas (cap. 13).

A terceira e última parte inicia-se com um capítulo (cap. 14) sobre como a “revolução keynesiana” rumou para os Estados Unidos – a partir de Harvard e de vários organismos chaves em Washington (impressionados com a força da “evidência empírica”⁵ da teoria keynesiana para os anos 1938/45, nos Estados Unidos e, por que não dizer, no mundo) e, posteriormente, a partir da aplicação desta teoria com o Plano Marshall, passando-se então (cap. 15), para uma retrospectiva do desenvolvimento social e, principalmente, econômico da América Latina no pós-Segunda Guerra, com especial ênfase para os casos dos principais países da região – Argentina, Brasil, Chile e México –, suas desventuras industriais, políticas antiinflacionárias e uma breve análise sobre a dívida externa da região como um todo.

Hirschman discute, a seguir (cap. 16), algumas das repercussões do fim da guerra fria para o terceiro mundo e, no capítulo seguinte (cap. 17), vários dos argumentos apocalípticos que já foram utilizados, em vários locais e épocas, contra a indústria e a industrialização, comparando, mais uma vez, as industrializações dos

4 Ver também, com uma introdução do próprio Hirschman, Fry (1992).

5 As aspas foram colocadas, pois, conforme Imre Lakatos, em *O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica* (1979: 109-243), “nenhuma proposição fatorial pode ser provada a partir de uma experiência. As proposições só podem derivar de outras proposições, não se podem derivar de fatos; não se pode provar afirmações com experiências.” (p. 120-1 – Ênfases no original). Ver também página 114 e 195, nota 249.

antigos países socialistas, centradas nos bens de capital, com aquelas da América Latina, focadas na produção de bens de consumo:

“Mas isso não significa que a industrialização na América Latina tenha sido totalmente errônea e que mereça o desprezo da parte de muitos economistas e comentadores latino-americanos das mais diversas orientações políticas.

A meu ver, tal atitude possui raízes históricas e culturais – semelhantes às que já mencionei para explicar as apreensões alemãs com respeito à industrialização na virada do século.... [Em alguns] casos, a atitude crítica para com a industrialização pode ser atribuída a imagens seminacionalistas e semimarxistas do que deveria ser uma industrialização ‘verdadeira’, ‘completa’ ou ‘integrada’.” (p. 235-6).

No capítulo 18, Hirschman analisa se “O mercado nos mantém longe do mal ou da felicidade”⁶ – retomando vários pontos discutidos em *As paixões e os interesses* (1979), em *A economia como ciência moral e política* e em vários capítulos do presente livro. Ruma a seguir, no capítulo 19, novamente para digressões a respeito das conexões entre o progresso político e o econômico, as quais são extremamente incertas e indeterminadas, pelo menos no atual estado das pesquisas. Por fim, no capítulo 20, propõe-se a tratar “dos conflitos sociais como pilares das sociedades de mercado democráticas”, em que se deve destacar a pertinente separação entre *conflitos divisíveis*, que se prestam “a soluções conciliatórias e à arte da negociação” (p. 274), exercidas periodicamente e através das quais se busca uma melhor participação “no(s) bolo(s)” – como por exemplo a luta de classes – e *conflitos não divisíveis*, “em que apenas uma das partes sai vencedora, os quais caracterizam as sociedades fragmentadas por facções rivais étnicas, lingüísticas ou religiosas.(...) A distinção entre as duas categorias nem sempre é bem definida, pois as questões não divisíveis comumente possuem alguns componentes que são negociáveis.” (p. 273). E comenta que,

“À luz dessa distinção, é difícil, hoje em dia, entender como o marxismo conseguiu por tanto tempo tamanho êxito em apresentar o conflito social, pomposamente designado *Klassenkampf*, ou luta de classes, como o principal, supremo e mais irreconciliável tipo de conflito da sociedade moderna, quando ele é, na verdade, aquele que mais se presta às artes da conciliação” (p. 274).

Uma “desvantagem” do livro é que, por ser muito bem escrito, sua leitura – entremeada com recordações de inúmeros fatos e autores – torna-se extremamente agradável, quase como a de um bom romance, com o que pode não se dar a devida atenção à pertinência, seriedade e profundidade das questões discutidas. Infelizmente, é provável que estas últimas qualidades estejam indissolúvel e erroneamente associadas com duas *não-qualidades*, quais sejam, “chatice” e/ou leitura difícil.

Para finalizar, e neste mesmo sentido, atente-se para o Prefácio de Fernando H. Cardoso. Este é um primor de exemplo de alta erudição, porém vazia. Contrasta notavelmente com o restante do livro.

6 A partir de uma resenha bastante elogiosa do livro de Lane (1991), que fez para a revista *Contemporary Sociology* (v. 26, p. 741-4, Nov. 1992).

Referências bibliográficas

- DESMOND, A., MOORE, J. *Darwin; a vida de um evolucionista atormentado*. São Paulo: Geração Editorial, 1995.
- FRY, V. *Assignment: rescue – an autobiography by Varian Fry*. New York: Scholastic, 1992.
- GAY, P. *Freud; uma vida para o nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HIRSCHMAN, A. O. (1958). *La estratégia del desarrollo económico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.
- _____. *Exit, voice, and loyalty; responses to decline in firms, organizations, and states*. Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 1970.
- _____. *As paixões e os interesses; argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *The rhetoric of reaction; perversity, futility, jeopardy*. Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 1991.
- _____. *Auto-subversão; teorias consagradas em xeque*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LAKATOS, I. O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica. In: LAKATOS, I., MUSGRAVE, A. (Org.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 109-243.
- LANE, R. *The market experience*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1991.
- PAIS, A. *Sutil é o Senhor...: a ciência e a vida de Albert Einstein*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- STRACHEY, J., RICHARDS, A. (Ed.) *The Penguin Freud Library*. London: Penguin, 1991. 15 v.